

A criança-escolar: liberdade entre iguais

Tendo em vista os frequentes e sucessivos ataques sofridos pela escola nos últimos tempos, consideramos profícua a oportunidade para refletir sobre o sentido público da educação e a figura da criança-escolar nesse contexto. Para tanto, o tema por nós abordado surge a partir de uma articulação entre a provocação proposta pelo colóquio e alguns desdobramentos da pesquisa de mestrado recém-concluída “Desescolarização e abandono do mundo: um estudo sobre argumentos antiescola e seus pressupostos” (KLINKO, 2021). No referido trabalho, nos dedicamos a estudar a motivação de famílias desescolarizadoras, que dentre outras justificativas, retiram seus filhos da escola, porque acreditam que em casa eles podem viver uma *livre* aprendizagem – pois não estariam submetidos às definições impostas pela lógica escolar (como disciplinas, currículo e atividades planejadas, etc.). Logo, a partir do argumento acima citado, escolhemos apresentar alguns pontos sobre a ideia de liberdade. Nosso intuito consiste em propor uma compreensão distinta da liberdade individual defendida pelos *unschoolers* (também presente em tantos outros discursos educacionais), e que aparece indicada na figura da criança que estuda em casa o que quiser na hora que bem entende. De modo alternativo, convidamos o interlocutor a pensar sobre a liberdade no contexto da escola como uma experiência entre iguais, na figura da criança-escolar que deixa a sua casa por um período de tempo e experimenta um universo para além do familiar.

Para tanto, gostaríamos de recuperar, inicialmente, a compreensão da escola moderna como herdeira da dimensão grega da *skholé*. De acordo com Jacques Rancière, na experiência da polis grega, havia uma separação entre dois usos distintos do tempo: de um lado o tempo dedicado ao trabalho e à produção e, do outro, a *skholé*, o *tempo livre* - um tempo liberado da ordem produtiva e das obrigações referentes à manutenção da vida. Ou seja, a *skholé* representaria a instauração de um tempo outro para aqueles que tinham a possibilidade de se desligarem da luta pela sobrevivência; um tempo liberado das obrigações cotidianas e que poderia então ser dedicado aos estudos e à formação intelectual.

Contudo, essa forma de separação de tempos, herdada pela escola moderna, torna-se realizável apenas sob a condição de uma suspensão temporária das pré-definições exigidas na vida produtiva, isto é, tanto no trabalho quanto na família. Masschelein e Simons (2014, p. 36-37), afirmam que:

A escola, como uma questão de suspensão, implica não só a interrupção temporária do tempo (passado e futuro), mas também a remoção de

expectativas e necessidades, papéis e deveres ligados a um determinado espaço fora da escola. Nesse sentido, o espaço escolar é aberto e não fixo.

Nesse sentido, podemos dizer que, quando a criança adentra o espaço escolar, ela desfruta de uma espécie de anonimato, pois tem a chance de, momentaneamente, esquecer o peso de sua origem, das expectativas parentais e dos papéis já conhecidos e desempenhados, para se tornar um *estudante* entre outros – condição existencial que extrapola a mera condição administrativa de *aluno*, como bem precisa Jorge Larrosa (2019).

Destacamos, então, que a experiência desse anonimato representa a suspensão de nomes, denominações ou adjetivações à criança atribuídos – *menino de abrigo, filho de empresário, Matarazzo ou Silva* – para que ganhem lugar *apenas* João, Maria, Enzo e Valentina, com suas invenções inesperadas e experimentações inéditas. E aqui sublinhamos que o *apenas* se refere a uma restrição de possibilidades, e sim a uma suspensão de definições pré-determinantes. Carrega-se menos peso, por conseguinte, pode-se chegar além. Ou seja, falamos de um anonimato que, vejam só, permite justamente que a criança tenha a liberdade de falar em nome próprio; pois é a experiência desse anonimato que convida à experimentação, à brincadeira ou ao estudo desprezioso, inaugurando novos olhares e possibilidades antes não imaginadas.

Ainda de acordo com Masschelein e Simons (2014, p. 10, itálico nosso),

A escola oferece “tempo livre” e transforma o conhecimento e as habilidades em “bens comuns”, e, portanto, tem o potencial para dar a todos, *independentemente de antecedentes, talento natural ou aptidão*, o tempo e o espaço para sair de seu ambiente conhecido, para se superar e renovar.

Podemos afirmar ainda, inspirados pelo pensamento arendtiano, que a criança escolar tem a possibilidade de suspender suas preocupações vitais, para então experimentar a *liberdade* no contato com os fragmentos do mundo. Isto porque, embora a *liberdade escolar* de que falamos não corresponda exatamente à *liberdade política* dos sujeitos adultos emancipados, podemos considerar que existe uma relação importante a ser observada, uma vez que compreendemos a escola como instituição intermediária entre a família e o mundo. Nas palavras de Arendt:

Normalmente a criança é introduzida ao mundo pela primeira vez através da escola. No entanto, a escola não é de modo algum o mundo e não deve fingir sê-lo; ela é, em vez disso, a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo (Arendt, 2007, p. 238).

Por isso, a proposta de pensarmos a escola como um espaço de liberdade para a criança-escolar, reconhece que neste contexto ela inicia o seu contato formal com o mundo comum e compartilhado. Além disso, compreende também que as experiências que tomam forma do lado de dentro de seus muros são imprevisíveis e não impostas, como querem crer os negacionistas persecutórios (até porque, se a escola doutrinasse, ela necessariamente deixaria de ser escola). O seu maior perigo mora no absoluto contrário da doutrinação. Ali o inesperado tem lugar – e o que temem os tolos parece ser precisamente a liberdade e a confiança no sujeito do imprevisível. Uma vez que as escolas parecem cada vez mais capturadas pelas exigências e necessidades de cada família, operando como uma extensão do território domiciliar – principalmente quando consideramos o funcionamento da rede privada de ensino –, nosso objetivo consiste em provocar o reconhecimento de que a escola complica, bagunça e atrapalha. E, justamente por incluir a dimensão do imprevisível frente às definições parentais e sócio determinantes, a escola pode ser libertadora.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

KLINKO, Janaina. **Desescolarização e abandono do mundo**: um estudo sobre argumentos antiescola e seus pressupostos. 2021. Dissertação (Mestrado em Cultura, Filosofia e História da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/D.48.2021.tde-19102021-104539. Acesso em: 2022-01-16.

LARROSA, Jorge. **P de professor**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **École, production, égalité**. In: RENOUE, Xavier. *L'école de la démocratie*. Paris: Edilig, Fondation Diderot, 1988.